

**XII CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA
29 DE MAIO A 1 DE JUNHO DE 2007, UFPE, RECIFE (PE)
GT: REFORMA AGRÁRIA E MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS**

**ESTADO E MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS, ENCONTROS
E DESENCONTROS DE UMA RELAÇÃO EM CONSTRUÇÃO.**

Helciane de Fátima Abreu Araujo
Universidade Federal do Ceará
helcianearaujo@hotmail.com

Fortaleza
Abril, 2007

Estado e Movimentos Sociais Rurais, encontros e desencontros de uma relação em construção.

¹ Helciane de Fátima Abreu Araujo

No processo de democratização do Estado Brasileiro, que tem como marco formal a Constituição de 1988, configura-se um duplo movimento na relação Estado/Sociedade Civil que, por vezes, expressa uma convergência de interesses na construção de políticas públicas capazes de contemplar as diversidades culturais. Estamos diante de dois movimentos que parecem convergir em interesses, entretanto, esse ponto de encontro pode ser também de desencontros, de rupturas com formas consolidadas de percepção da realidade e com conceitos já “estabelecidos”, como as idéias de “política” e “cultura”. Que perspectivas tal experiência abre para a compreensão do Estado Brasileiro contemporâneo e, por outro lado, para se compreender as forças que emergem desse processo e que estão contribuindo para a configuração de uma outra sociedade civil?

O presente artigo apresenta reflexões preliminares de um estudo em desenvolvimento sobre a relação do poder público e os movimentos sociais rurais na construção de políticas públicas voltadas para a produção familiar. A partir da observação de situações empíricas de convênios firmados entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra e sete organizações no Maranhão, para implementação do serviço de assistência técnica social e ambiental, o estudo procura compreender as contradições que se apresentam no processo de construção de espaços definidores de políticas públicas com a participação da sociedade civil e de que modo tais iniciativas lidam com aspectos particulares da cultura dos grupos envolvidos.

Trabalhar esse tema é, sobretudo, um desafio porque implica revisões de uma série de noções e conceitos hoje apropriados pelo senso comum. A gênese social e a desnaturalização desses conceitos é uma primeira exigência colocada, daí porque nesse artigo o exercício é repensar os conceitos de “cultura” e “política”, como principal ferramenta para um futuro cruzamento do olhar sociológico com o olhar antropológico na perspectiva de pensar a esfera pública

¹ Professora de Sociologia da Universidade Estadual do Maranhão e Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará.

sem expurgar as relações do cotidiano e perceber como esse cotidiano produz e institui uma dimensão pública,

O artigo foi estruturado em três partes, sendo que na primeira abordamos os pontos de encontro e desencontros da relação Estado/sociedade civil no Brasil contemporâneo. Na segunda priorizamos uma revisão dos conceitos de “cultura” e “política” à luz da antropologia. E na terceira apresentamos os desafios postos nessa tentativa de construção de uma relação Estado/sociedade civil no campo.

Uma relação em construção

Para pensar esse tema inicialmente Dagnino (2002, p.13) nos oferece uma chave analítica quando lembra que a partir dos anos 90 assistiu-se a uma aposta generalizada na possibilidade de uma atuação conjunta, de encontros entre o Estado e a Sociedade Civil. A nossa proposta é movimentá-la, a partir da observação de experiências concretas de convênios firmados entre o poder público e entidades da sociedade civil no Maranhão, para pensar a relação Estado e Movimentos Sociais no campo. O termo “encontro” é utilizado com maior ênfase a partir do projeto “Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil” (2002), para dar conta das relações entre a sociedade civil e o Estado, configuradas nos anos 90. Ao observar diversas experiências no eixo Rio/São Paulo TEIXEIRA (2002, p.110) chegou a classificar três tipos de “encontro”: o primeiro do tipo mais fluido e o segundo e o terceiro, cujos compromissos entre os dois lados são mais concretos.

Os esforços de atuação conjunta são permeados de momentos de desencontros, de rupturas com formas consolidadas de percepção da realidade e de tensões. Os termos “encontro” e “desencontro” ainda não têm uma definição precisa, por referir-se a situações contemporâneas, ainda carentes de observação mais sistemática, mas nos ajudam a perceber as contradições de um Estado que se propõe democrático e ao mesmo tempo ajustador.

Compartilhamos do pensamento de que se deve pensar a relação não na perspectiva dicotômica que separa Estado para um lado e Sociedade Civil para o outro, leitura que nos impede de pensar os termos das dicotomias fora das articulações e relações de poder que os unem e de revelar outras relações ofuscadas pelas dicotomias hegemônicas (SANTOS, 2004, p. 786). O desafio é resgatar a relação nas suas articulações e tensões, observando as teias que se rompem e outras que estão em construção.

O estudo sobre as experiências com convênios firmados entre o Incra e sete organizações da sociedade civil no estado do Maranhão², para a implementação do serviço de assistência técnica social e ambiental – ATEs revela situações em que políticas governamentais voltadas para a produção familiar estão sendo implementadas, por meio de uma atuação conjunta entre o poder público e movimentos sociais rurais.

A pesquisa está sendo desenvolvida a partir de um olhar mais ampliado desses convênios, junto às organizações e ao Incra, e da observação direta de duas situações específicas: 1) O convênio firmado entre o Incra e o Movimento Sem Terra, nos projetos de assentamentos situados no município de Santa Inês, oeste maranhense, microrregião de Pindaré; 2) Convênio firmado entre Incra e a Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão – ASSEMA, organização dirigida por trabalhadores rurais e mulheres quebradeiras de coco babaçu, com atuação nos projetos de assentamento situados em municípios do centro maranhense, microrregião do Médio Mearim.

A idéia é perceber como a assistência técnica se coloca como um problema social, e, ao longo do tempo, como se constituiu em uma demanda social e como vem sendo convertida em uma política pública.

No Maranhão, a assistência técnica é uma reivindicação antiga dos chamados agricultores familiares que o Estado procura atender desde os anos 60, com as primeiras experiências de extensão rural. Apesar das reformas na estrutura administrativa do poder estatal, os trabalhadores e trabalhadoras rurais se queixam dos procedimentos adotados ao longo dessas décadas, restritos a assessorias pontuais dos técnicos desses órgãos, com visitas escassas, distribuição de sementes e elaboração de projetos para agências financiadoras. Nos anos 90, uma outra forma de pensar a assistência técnica, inspirada na agroecologia e na idéia de gestão participativa, foi assumida na prática pelos movimentos sociais rurais, articulados com os órgãos de cooperação internacional que trabalham com essa temática.

Mais recentemente (90/2000) essas iniciativas fundamentaram a demanda por um serviço de assistência técnica – seguindo os princípios agroecológicos e preocupadas com a sustentabilidade - enquanto política pública. De certa forma tal demanda tem o reconhecimento do Estado, quando este propõe a essas organizações uma

² Associação Estadual de Cooperação Agrícola - Maranhão - MST; Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão – ASSEMA; Associação Agroecológica Tijupá; Sociedade Maranhense dos Direitos Humanos – SMDH; Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural – CENTRU; Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Maranhão – FETAEMA; Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu.

experiência de parceria na construção de um novo conceito de assistência técnica e na sua implementação como política pública (ARAUJO, 2007) a partir de 2004, com os convênios firmados entre o Incra e as entidades.

A experiência em análise traz inovações, a partir do próprio conceito do serviço de assistência técnica ainda em construção e que tem por objetivos: Promoção social, econômica, cultural e ambiental dos assentamentos; Democratização do acesso a terra; Potencialização da capacidade humana; Produção/conservação dos recursos naturais; Estruturar os assentamentos para o mercado, integrados à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional, de forma ambientalmente sustentável.

Observa-se uma intenção, explícita nos documentos que servem de base teórica para os convênios, em considerar as áreas de assentamento em suas diferentes dimensões, a social, a econômica, a cultural e a ambiental, assim como também a partir de suas diferentes problemáticas sociais: acesso a terra, produção, uso sustentável dos recursos naturais, inserção no mercado e capacitação dos recursos humanos. Outra inovação diz respeito à forma como esse programa governamental foi concebido, com a previsão de diversas instâncias³, com a participação de técnicos do Incra e representantes das organizações, que se constituiriam em espaços de definição das diretrizes do programa.

Mas nesse esforço de articulação emergem as tensões e conflitos que advêm das diversas formas de percepção do mundo dito rural e as diversas formas de compreender o planejamento público. Entre as contradições e as limitações desse esforço de atuação conjunta observadas, podemos apontar a dificuldade de operacionalizar o planejamento e cumprir as regras previstas nos instrumentos que orientam o programa. As instâncias de definição política e técnica que poderiam garantir o caráter participativo da experiência estão praticamente desarticuladas. Por outro lado, o Ministério Público tem questionado os convênios, o que resultou na saída de uma das entidades do processo.

A investigação sobre esse fenômeno tão presente poderá contribuir para uma compreensão maior do Estado contemporâneo, no momento em que o mundo organizado de forma global impõe mudanças no perfil das relações entre o Estado, a sociedade civil e mercado. Todo esforço será no sentido de refletir em que medida as atuais formas de pensar as políticas governamentais estão contribuindo para uma

³ 1 - Coordenação Regional, formada por representantes das organizações e do Governo, com caráter deliberativo sobre a política de assistência técnica; 2 – Comissão de Acompanhamento e Fiscalização de ATEs, integrada por funcionários do INCRA; 3 – Comissão de Articulação, formada através de convênio com o INCRA para o trabalho de articulação política e técnica junto às áreas beneficiadas; 4 – Núcleos Operacionais, formadas pelas organizações conveniadas.

reelaboração da relação Estado e sociedade civil - agora de forma mais propositiva do que reivindicatória - no Brasil, e em que medida a estratégia de ser mais propositivo contribui para a manutenção da visão crítica característica dos movimentos sociais no Brasil.

A situação analisada nos mostra que vivenciamos o que Carvalho (2006) chama de “confluência contraditória de democratização e ajuste” do Estado Brasileiro contemporâneo. Ao mesmo tempo em que a esfera pública é levada a um ajuste estrutural com o fim de inserir o país na ordem do capital internacional, emergem outras forças, propondo a construção de espaços para a definição de políticas públicas com a participação de sujeitos que outrora estavam condenados à invisibilidade do mundo subterrâneo.

A própria Constituição de 1988 proporcionou a abertura de espaços significativos para esses sujeitos, quando reconheceu o direito à diferença e os direitos étnicos, fortalecendo as tendências teóricas da teoria do pluralismo jurídico e possibilitando uma revisão da noção de “povo” que confundia as chamadas “minorias”. A partir desse momento histórico assistimos ao deslocamento da idéia evolucionista de “assimilação”, pelo estabelecimento de nova relação jurídica entre o Estado e esses povos (ALMEIDA, 2004, p.1). Como situação exemplar temos o ato das disposições constitucionais transitórias, o Art. 68, que deu direito à propriedade definitiva aos quilombolas.

Apesar dessas conquistas o Brasil ainda não se reconhece enquanto um “Estado Pluriétnico”, tal como pensam alguns juristas (ALMEIDA, 2004) e nem tampouco chega à adoção de uma política étnica, bem como de ações governamentais sistemáticas capazes de reconhecer os fatores situacionais que influenciam uma consciência étnica. Em sociedades autoritárias e de fundamentos coloniais e escravistas, como o caso brasileiro, o Estado ajustador tem seus limites e as conquistas jurídico institucionais têm dificuldades de serem encarnadas.

Nas questões relacionadas ao mundo dito rural, a solução burocrática encontrada até o momento foi articular as disposições constitucionais com as estruturas administrativas preexistentes, ou seja, a competência de operacionalização ficou a cargo de aparatos já existentes, resultando em obstáculos concretos para a solução de determinados problemas, como a homologação de terras tradicionalmente ocupadas (indígenas e das comunidades quilombolas).

Apesar disso, é importante estar atento ao processo de inserção dos grupos sociais advindos do campo no poder público. De que forma esses grupos criam espaços e se apropriam do poder público para o reconhecimento e atendimento de suas demandas, imprimindo uma outra lógica que implica dois movimentos de

desprivatização e de publicização do Estado brasileiro. Isso nos levará a compreender uma situação em que o Estado, marcado por traços do patrimonialismo, descrito pelo sociólogo Max Weber, vivencia experiências que colocam sua lógica, suas regras em revisão.

Cultura e política à luz da antropologia

Outro ponto de reflexão que emerge desse estudo diz respeito à forma como a tentativa de construção de políticas públicas lida com determinados aspectos das culturas dos grupos envolvidos, ou seja, de que modo as políticas propostas consideram as subjetividades existentes nos modos de plantar, de se relacionar com a natureza. Tais práticas são incorporadas ou são violentadas/ignoradas pelas políticas públicas propostas nesse esforço de atuação conjunta. Por outro lado como os movimentos sociais, como mediadores, compreendem esse aspecto e negociam com o poder público o respeito à cultura dos grupos.

A reflexão sobre os conceitos de cultura e de política do ponto de vista antropológico, especificamente na perspectiva do antropólogo norte americano Clifford Geertz, pareceu-me oportuna para trabalhar esse aspecto. Do mesmo modo que me pareceu pertinente o recurso à etnografia dos eventos (COMERFORD, 2003) que mobilizam a comunidade sem mediação, uma etnografia que nos permita observar os elementos do cotidiano que possam interferir na esfera pública e repensar conceitos clássicos, como os de política e de público. Será que o conceito de público necessariamente deve expurgar as relações que se encontram no mundo do cotidiano? É possível pensar o conceito de público, para além do público e ver que existem particularidades que o instituem, portanto, as dimensões não são excludentes.

BARREIRA (2004) e NEIBURG (2006) mostraram que para se compreender a política contemporânea é imprescindível estar atento para elementos, que outrora estiveram reservados à dimensão subjetiva – como sentimentos e emoções, intimidade - portanto considerados irracionais e, conseqüentemente, exteriores aos interesses da teoria política clássica.

Interessada em perceber como os sentimentos são construídos, apropriados e difundidos no momento específico das campanhas eleitorais, integrando-se à retórica e performance dos candidatos, BARREIRA (2004, 68-70), inspirada em Mauss - quando este desmistifica a idéia da espontaneidade e naturalidade dos sentimentos, ou seja, um dado natural e essencial da conduta humana - verificou que a percepção das emoções e sentimentos, como parte das regras sociais e jogos políticos, evita pensá-los como matérias substantivas da natureza humana, atentando para os seus

significados e formas de expressão, construídos e/ou incorporados à disputa eleitoral, bem como para as ligações entre o plano dos sentimentos e a ordem social. A pergunta é: Como eles operam na política?.

NEIBURG (2006) busca entender a combinação entre negócios, política e brigas entre famílias, assunto ignorado pela teoria política, porque era classificado como fenômeno remanescente de um passado pré-moderno e descrito como ideologia ou espetáculo, patologias individuais ou coletivas, fora da “boa sociedade” e da ‘boa política”. O autor considera importante a temática para compreender a política moderna e para a teoria antropológica, para entender “as formas “nativas” de construir e relacionar espaços sociais de naturezas e escalas diferentes, tais como nacional e o local, a família e a política” NEIBURG (2006, p.333).

Essas leituras nos ajudam a compreender a teoria do antropólogo americano Clifford Geertz acerca dos conceitos de política e da cultura. Em um importante capítulo do livro **Nova luz sobre a antropologia**, intitulado “O mundo em pedaços: cultura e política no fim do século”, Geertz comenta a fragilidade da teoria política e da antropologia face às mudanças sociais do século XX que nos colocam diante do desafio de repensar determinados conceitos para compreender um mundo que se organiza como uma espécie de emaranhado de diferenças e semelhanças apenas parcialmente discernidas.

O autor lembra que tradicionalmente a teoria política aborda questões universais e permanentes a respeito do poder, da obrigação, da justiça e do governo em termos gerais e incondicionais, como uma resposta específica a circunstâncias imediatas. Entretanto, um padrão pluralista de relações entre os povos do mundo está emergindo, mas de forma vaga e irregular, feita de retalhos e indeterminada. Ao contrário de muitas “profecias” todos esses fenômenos não produziram a sensação de uma nova ordem mundial, mas um sentimento de dispersão, particularidade, complexidade e descentramento.

Em sua análise das perdas e ganhos desse processo, Geertz considera que a distância entre as disputas locais e a confrontação global parece se reduzir. Afirma que o esfacelamento das coesões maiores em coesões menores tornou difícil relacionar as realidades locais com as globais. Para que o geral possa ser apreendido e para que se descubram novas unidades é necessário apreendê-lo caso a caso, como ele diz, aos estilhaços.

Geertz pergunta-se como ficam os grandes conceitos integradores e totalizantes que durante tanto tempo organizaram as idéias sobre a política mundial? O autor encontra-se no meio de um novo debate. De um lado os pós-modernistas que

descartam padrões abrangentes, as narrativas mestras e acreditam na existência de apenas acontecimentos, pessoas e fórmulas passageiras. De outro, os defensores da substituição dos conceitos de larga escala, integradores e totalizantes por outros ainda mais integradores e totalizantes e que apostam no confronto atual entre as civilizações. Entre essas existem ainda as teorias que decretaram o fim da história e outras. Geertz, por sua vez, compõe o grupo dos que defendem a necessidade de fazer uma triagem de assuntos concretos, para defender comparações pormenorizadas – investigações específicas de diferenças específicas.

“precisamos, ao que parece, não de idéias grandiosas nem do abandono completo das idéias sintetizadoras. Precisamos é de modos de pensar que sejam receptivos às particularidades, às individualidades, às estranhezas, descontinuidades, contrastes e singularidades, receptivos ao que Charles Taylor chamou de “diversidade profunda”, uma pluralidade de maneiras de fazer parte e de ser, e que possam extrair deles – dela – um sentimento de vinculação, de uma vinculação que não é abrangente nem uniforme, primordial nem imutável, mas que, apesar disso, é real” (GEERTZ, 2001, p. 196).

Com a tese de que a teoria política deve ser um compromisso intelectual, móvel, preciso e realista, com problemas presentes que são presentemente clamorosos, Geertz faz uma crítica, sobretudo, ao liberalismo, considerando que em determinados momentos esse fenômeno tem sido aplicado com indiferença à realidade das coisas. Tal movimento precisa ser reconcebido a partir da experiência política ocidental e das aprendizagens da convivência, com certo grau de civilidade, entre pessoas com diferenças (GEERTZ, 2001, p. 227). Para ele, a diferença tem que ser reconhecida, de maneira explícita e franca e não obscurecida.

Por outro lado, diante das fragmentações do mundo contemporâneo, a visão da cultura como um consenso em torno de elementos fundamentais – concepções, sentimentos e valores comuns – não tem muita consistência diante da dispersão e desarticulação presentes em um mundo, onde a identidade coletiva é demarcada, sobretudo, por falhas e fissuras. Segundo Geertz, no capitalismo sem fronteiras e na aldeia global não são acordos profundos sobre questões profundas que parecem definir a identidade, mas a recorrência de divisões conhecidas, argumentos persistentes ou ameaças permanentes, dando a idéia de que é preciso manter a ordem da diferença (GEERTZ, 2001, p.219).

Considerações finais

A situação aqui analisada é desdobramento de um processo que remonta uma série de outras tentativas de promoção dos serviços de assistência técnica mediada pelos movimentos sociais rurais e/ou entidades que têm por público beneficiado grupos sociais que vivem no e do campo. Por uma série de fatores, tais iniciativas não alcançaram os resultados esperados.

O nosso contato com esse tema vem da experiência como assessora em uma dessas organizações, a Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão – ASSEMA, oportunidade em que acompanhamos parte do processo de discussão e decisão do grupo de trabalhadores rurais e quebradeiras de coco babaçu de assinar o convênio com o Incra.

Nos primeiros anos de experiência (2003/2005) percebi uma alteração no cotidiano da organização, a começar pela súbita ampliação do número de técnicos, tendo em vista a necessidade da composição da equipe para a execução do convênio, denominada na organização de “equipe ATES”. Percebi também dificuldades na relação com o poder público e na lida com as normas, regras e exigências do convênio. Outro leque de dificuldades diz respeito à composição da equipe, já que assim como o Incra, a entidade tem seus critérios para a contratação de pessoal. E, por fim, outro grau de dificuldades, talvez o mais acentuado, diz respeito à operacionalização do convênio junto às famílias beneficiadas. É na ponta do ice berg que todas as contradições dessa teia de relações sociais (poder público/entidade/técnicos/famílias beneficiadas) se expressam com mais veemência.

Percebe-se, portanto, que a situação se desenvolve como que uma teia composta por diferentes relações e pensar no “ponto de encontro e de desencontro” entre o Estado e os Movimentos Sociais Rurais requer a compreensão dessa teia. Nesse sentido o contato com o antropólogo Clifford Geertz e com os autores BARREIRA (2004), COMERFORD (2003) E NEIBURG (2006), tem iluminado as reflexões aqui compartilhadas, ampliando a concepção acumulada acerca dos conceitos de cultura e de política, e recomendando a revisão dos pressupostos da teoria política clássica. É possível pensar, por exemplo, como as subjetividades do cotidiano estão interferindo nas relações que se expressam nos espaços públicos de definição do programa ATES.

Tais leituras têm inspirado na definição de uma metodologia de pesquisa que conjugue o olhar sociológico com o olhar antropológico. A etnografia dos eventos ajuda na percepção das teias das relações sociais em que os atores sociais estão

envolvidos, bem como no alcance da leitura que esses atores fazem do processo. O que significa para eles esse espaço que provisoriamente estou denominando de “ponto de encontro” ou de “desencontro” entre o poder público e os movimentos sociais rurais?.

Por fim, o programa ATES põe em contato diferentes saberes: o saber técnico acadêmico (técnicos agrícola e agropecuário, agrônomo, sociólogo, assistente social), o saber técnico da estrutura burocrática estatal e o saber da experiência acumulada. Como essas tentativas de parceria lidam com essas diferentes formas de apropriação do saber?

Acredito que a realização desse estudo trará contribuições importantes para o entendimento das peculiaridades dos movimentos sociais e suas lutas, bem como das particularidades das situações em que o poder público se encontra na posição de articulador de diferentes interesses. Possibilitará a compreensão das tensões que se apresentam como obstáculos ao processo de construção de espaços definidores de políticas públicas com a participação da sociedade civil. Permitirá também a compreensão das diversidades do processo de formação da sociedade brasileira que implicam formas de lutas e de organização diferenciadas – particularmente as que emergem no campo -, exigindo, portanto, elaboração de políticas públicas diferenciadas, que contemplem as particularidades das situações.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, A. W. B. de. **Nas Bordas da Política Étnica: Os quilombos e as políticas sociais.** (Palestra proferida na XXIV Reunião Brasileira de Antropologia), Recife (PE), 2004.
- ARAUJO, H.F. A. *Estudo de Perfil de Entrada de Agricultores Maranhão* (Relatório de pesquisa), Brasília, 2007.
- BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. A expressão dos sentimentos na política. In: *Espaços e tempos da política*/Carla Costa Teixeira, Christine de Alencar Chaves (org). Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/ufrj, 2004.
- BOURDIEU Pierre. *O poder simbólico.* (trad) Fernando Tomaz. 2 edição, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1998.
- CARVALHO, A.M.P de. *A Luta por direitos e a afirmação das políticas sociais no Brasil contemporâneo* (Palestra proferida no Ciclo de Debates dos Programas de Pós Graduação do CCSA/UFRN), Natal (RN), 2006.

- COMERFORD, John Cunha. *Como uma família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2003.
- DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: *Os anos 90: política e sociedade no Brasil* (org) Evelina Dagnino. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro, LTC, 1989.
- _____. *Nova luz sobre a antropologia* (trad) Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed, 2001.
- _____. *O saber local. Novos ensaios em antropologia interpretativa* (trad) Vera Mello Joscelyne. Petrópolis, RJ, Vozes, 1997.
- NEIBURG, Frederico. Intimidade e esfera pública: política e cultura no espaço nacional argentino. In: *Política no Brasil: visões de antropólogos*. (org) Moacir Palmeira e Cesar Barreira. Rio de Janeiro, Relume Dumará, Núcleo de Antropologia da Política, UFRJ, 2006.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: *Conhecimento prudente para uma vida decente. Um discurso sobre as ciências revisitado/Boaventura de Sousa Santos* (org). São Paulo: Cortez, 2004.
- TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves. A atuação das Organizações Não-Governamentais: entre o Estado e o Conjunto da Sociedade. In: *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. Evelina Dagnino (org). São Paulo: Paz e Terra, 2002.